



Biênio 2011/2013 – Decreto 11.752/11

1 Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de março do ano de 2012 (dois mil e doze) às 10 (dez) horas,
2 reuniram-se na sala de reuniões, no Arquivo Histórico “Historiador Isaac Grinberg”, à Rua Coronel Souza
3 Franco n.º 993, Mogi das Cruzes, São Paulo, os membros do Conselho Municipal de Preservação do
4 Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico e Paisagístico de Mogi das Cruzes, **com direito a voto**: Celso de
5 Mello Muniz, Cristina Elizabete Silva Ragaini, Denílson Cruz, Nelson Albissú, João Francisco Chavedar,
6 Nivaldo F. de Medeiros, Renato José S. Pinto Soares, Eliana Aparecida Prado Mangini, Roberto Lemes
7 Cardoso, Valdir José Trigo, Vivian Cristiane F. Yamashita e ainda os suplentes **sem direito a voto**: Akemi
8 Hijioka (aguardando nomeação) e Patrícia Cesare dos Santos Oliveira e os **convidados**: Júlio Strelec e
9 Ubirajara Nunes P. de Souza, para reunião extraordinária com convocação prévia realizada no dia 22
10 (vinte e dois) de março com pauta exclusiva para tratar da ZEIU (Zona Especial de Interesse Urbanístico)
11 estabelecida no Plano Diretor Municipal consoante artigos 180 e 181, inciso I da LC nº
12 46/06. Assumiu a mesa de trabalhos o sr. presidente João Francisco Chavedar que fez uma explanação
13 quanto à necessidade em se buscar propostas que possam ser encaminhadas para a inserção da Política
14 de Preservação do Patrimônio Histórico em razão da revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei
15 Municipal nº 2683/82). Este processo está em franco andamento dentro da Secretaria Municipal de
16 Planejamento e Urbanismo e até o momento não há nenhuma proposta encaminhada pelo COMPHAP,
17 em relação a ZEIU1 (Zona Especial de Interesse Urbanístico) que abrange área do Centro Histórico e
18 Centro Tradicional de Mogi das Cruzes; é a área que deu origem ao processo de formação do Município
19 e que abriga um considerável número de edificações e conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de
20 interesse histórico, artístico, cultural, arquitetônico e turístico, além de concentrar diversas atividades
21 econômicas, bem como diversos equipamentos institucionais, de recreação e lazer, cujos objetivos e
22 diretrizes são: promover atividades compatíveis com os espaços e edifícios da região e sua
23 manutenção; revitalizar áreas degradadas com a minimização dos impactos físicos e visuais;
24 implementar ações integradas de políticas urbanas e de turismo com vistas ao resgate e manutenção da
25 memória do Município; aplicar integralmente todos os instrumentos previstos na Macrozona Urbana
26 Consolidada da Conurbação Principal (art. 182 e incisos). A ZEIU 1 pode ser reconhecida então como o
27 quadrilátero conhecido como o centro expandido da cidade, e de acordo com levantamento realizado
28 pela Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento e Urbanismo possui cerca de cinco mil imóveis
29 dos quais é preciso identificar os possíveis patrimônios históricos existentes e de interesse, bem como
30 os critérios da Política dessa proteção. Colocado o assunto em discussão e entendidos que o COMPHAP
31 deve contribuir para garantir os instrumentos legais de proteção do patrimônio histórico dentro da área



Biênio 2011/2013 – Decreto 11.752/11

32 da ZEIU 1 em consonância com o Plano Diretor, e que os prazos para apresentação de propostas é
33 exíguo (cerca de um mês) ficou decidido pelo colegiado à formação de um grupo de trabalho voltado
34 especificamente para o fim de montar uma lista com os critérios básicos de análise dos imóveis, onde
35 constem os itens a serem observados, e com base nessas orientações analisar todos os imóveis do
36 perímetro compreendidos na zona especial tratada, para em seguida ser a referida proposta (baseada
37 nesses critérios estabelecidos pelo COMPHAP) encaminhada ao Departamento de Uso e Ocupação do
38 Solo - DUOS da SMPU, a título de contribuição na revisão da lei, daquilo que deve ser considerado como
39 patrimônio a ser preservado na ZEIU 1. Predisuseram-se a participar do grupo os seguintes membros
40 e convidados: Akemi Hijota, Celso de Melo Muniz, Cristina Elisabete S. Ragaini, Denílson Cruz, Eliana
41 A.P. Mangini, Júlio Strelec, Nelson Albissú, Nivaldo F. de Medeiros, Patrícia Cesare S. Oliveira, Renato
42 José S. P. Soares, Roberto Lemes Cardoso, Ubirajara N. P. Souza Valdir José Trigo. A primeira reunião de
43 trabalho será no dia 03 (três) de abril próximo, as 9 (nove) horas na sala de reuniões do COMPHAP para
44 definir os critérios de análise e a divisão das quadras e sub-grupos de estudo. Esgotado o assunto foi
45 encerrada a reunião, cuja ata foi redigida por mim, Eliana Aparecida Prado Mangini, secretária geral do
46 COMPHAP, e que, após lida e aprovada será assinada por todos os conselheiros que participaram da
47 reunião.

48 Akemi Hijoka - UMC/(aguardando nomeação):

49 Celso de Mello Muniz – SMO/Titular:

50 Cristina Elisabete Silva Ragaini – UMC /Titular:

51 Denilson Cruz – APMC/Titular

52 Eliana Ap. Prado Mangini – SMC/Titular:

53 João Francisco Chavedar – SMPU/Titular:

54 Nelson Albissú – SMC TÉCNICO/ Titular:

55 Nivaldo F. de Medeiros - Diocese de Mogi das Cruzes/ Suplente:

56 Patrícia Cesare dos Santos Oliveira – SMPU/ Suplente:

57 Renato José S. Pinto Soares – OAB/Suplente:

58 Roberto Lemes Cardoso – MCE/ Titular:

59 Valdir José Trigo – CIESP/Titular:

60 Vivian Cristiane F. Yamashita – UBC/ Suplente :